

O CAMINHAR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2012 A 2014

Suzany de Fatima Henchoste Olibone

Juliana Viera de Araujo Sandri

Juliana Chaves Costa

Juliana Viana Schmidt

RESUMO: Este estudo é um recorte do trabalho de conclusão de curso de graduação de Enfermagem no ano de 2015. Trata-se de um estudo que objetiva levantar o processo da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Port. 1996/07) em Santa Catarina no período de 2012 a 2014. Trata-se de uma pesquisa qualitativa utilizando dados documentais, por meio das atas da Comissão de Integração Ensino e Serviço Estadual. Nos resultados do período de 2012 a 2013 categorizados como desenvolvendo a Política de Educação Permanente em Saúde concluiu-se que o Estado seguiu desenvolvendo a política conforme a Portaria 1.996/2007 de forma exitosa. O fortalecimento da educação permanente em saúde foi fundamental nas questões de trabalhos de grupos das regionais e das Comissões de Integração Ensino-Serviço Estadual, assim como a boa articulação trouxe reconhecimento nacional para SC. O período de 2014 categorizado como período de Integração das ações Correlacionadas de Educação Permanente em Saúde/ Ministério da Saúde se mostrou como um momento favorável para a PEPS porque conquistou a integração de outras ações contidas na PNEPS, a exemplo do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PETSÁUDE); Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓSAÚDE); e socialização de experiências com outras regiões da federação brasileira. A troca de experiências consolidou o reconhecimento nacional do estado de Santa Catarina com relação à operacionalidade desta política, já as outras ações apontaram o reconhecimento das Comissões de Integração Ensino e Serviço Regionais na condução dela e não mais como gestão isolada, portanto fortaleceu as relações entre os diversos seguimentos e atos da educação permanente. Diante do exposto, almejamos que estes resultados possam contribuir para o esclarecimento e reflexão da realidade vivenciada no estado apontando não somente os atos exitosos, mas também aqueles que carecem de ser aprimorados. Desse modo, afirmamos que a articulação trilhada em Santa Catarina com relação à Política Nacional de Educação Permanente nas suas diversas dimensões está respaldada na Portaria GM/MS 1996/07 e tem se esforçado para que esta seja ampliada cada vez mais na interlocução entre as demais estratégias que envolvem o ensino, serviço e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Saúde. Educação. Profissionais da Saúde.